

CENTRO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Colecção TEXTOS UNIVERSITÁRIOS – 2

O MOSTEIRO DE SANTA CRUZ DE COIMBRA NA IDADE MÉDIA

ARMANDO ALBERTO MARTINS



LISBOA, 2003

INDICE DAS MATÉRIAS

Introdução	17
------------------	----

Primeira Parte

O MOSTEIRO DE SANTA CRUZ DESDE A FUNDAÇÃO (1131) ATÉ AO «CISMA» DE 1414

Fontes: tipologia, descrição e crítica

1. Fontes narrativas	34
1.1. Hagiografias ou <i>Vitae</i>	34
1.1.1. <i>Vita Tellonis Archidiaconi</i>	34
1.1.2. <i>Vita S. Theotonii</i>	35
1.1.3. <i>A Vita Sancti Martini Sauriensis</i>	37
2. Crónicas	37
2.1. Crónicas regrantes medievais	37
2.2. Memórias e crónicas regrantes da época moderna	38
2.2.1. <i>Memórias da Ordem Canónica de Santo Agostinho em Portugal</i>	38
2.2.2. <i>Memórias várias de D. Vicente</i>	39
2.2.3. <i>Fragmentos do Livro das Eras ou Anais Quinhentistas e Rol dos Cónegos Regrantes</i>	40
2.2.4. <i>Princípio, fundação, união, reformação e progresso dos mosteyros da ordem canónica da Congregação do Real Mosteyro de Sancta Cruz da cidade de Coimbra</i>	40
2.2.5. <i>Crónica da Fundação e Catálogo dos Piores do Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa</i>	41
2.2.6. <i>Notícias várias e Cartas e outras Curiosidades (BPMP 84); Memorial dos notados em duas partes ou Miscelâneo I (BPMP 86); Scala Coeli ou Fragmentos das Crónicas de Santa Cruz, 1623-1624, vol. I, (BPMP 99, 455 fls.)</i>	41
2.2.7. <i>A Chronica da Ordem dos Cónegos regrantes do Patriarcha Santo Agostinho</i>	42
2.2.8. <i>De Ortu et progressu Canonice ordinis Congregationis Sanctae Crucis Colimbriensis in Regno Portugaliae Commentaribus</i>	43
2.2.9. <i>Memória sobre a existência do real mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Lisboa, 1839</i>	44

3. Fontes jurídicas	45
3.1. documentos normativos	45
3.1.1. <i>Liber Ecclesiastici et Canonici Ordinis in claustro sancti Ruphi tempore Lethberti abbatis institutus</i>	45
3.1.2. <i>Regra de Santo Agostinho</i>	59
3.1.3. <i>Gemma Corone Claustralium</i>	60
3.2. Obituários e Necrológios	62
4. Fontes administrativas	63
4.1. <i>O Livro Santo</i>	64
4.2. <i>O Livro de D. João Teotónio</i>	64
4.3. <i>O Livro Nobre de D. Gonçalo</i>	65
4.4. <i>Os Livros Autênticos de Santa Cruz</i>	66
4.5. <i>O Livro Preto da Sé de Coimbra</i>	67
5. Colectâneas modernas de fontes diplomáticas várias	68
6. Fontes litúrgicas	70

Primeira Secção

**SANTA CRUZ DE COIMBRA. DA FUNDAÇÃO
À PRIMEIRA REFORMA (1131-1228)**

1. Os Cónegos Regrantes de S. Agostinho	73
1.1. Das origens a meados do século XI	74
1.2. <i>A Reforma Gregoriana</i> : definição e funcionalidade	83
1.3. A ordem de São Rufo de Avinhão	91
2. Os Regrantes portugueses [1131-1136]	103
2.1. Coimbra no centro de Entre Douro e Tejo: situação e vida político- -social da cidade no segundo quartel do século XII	103
2.1.1. Da reconquista da cidade à sua reorganização	105
2.1.2. Situação geográfica: Coimbra no rio Mondego	116
2.1.3. A face da cidade determina-se	120
2.1.4. O pulsar demográfico da terra entre rios e o mar	121
2.1.5. Da vida económica	131
2.1.6. Esboço da estrutura social	134
2.1.7. A conjuntura religiosa e política	136
2.1.8. No caminho da formação do mosteiro de Santa Cruz e de Portugal	141
2.2. A diocese e o Bispo: da tensão à confluência. Concepção do poder episcopal; o contróle dos mosteiros; o desafio da cristianização	144
2.2.1. A acção dos Legados papais	146
2.2.2. Concílios reformadores	147
2.2.3. Intervenções directas de Roma e pedidos de protecção	150
2.2.4. A concepção de poder episcopal	152

2.2.5. A liberdade de eleição	156
2.2.6. A «reforma» do Cabido	157
2.2.7. O estabelecimento e definição do espaço diocesano ou sob sua administração	158
2.2.8. O contrôle dos mosteiros e das igrejas	161
2.3. A fundação do mosteiro regrante conimbricense	164
2.3.1. Os factos e as razões no momento: religioso, eclesiástico e político	164
a) O momento religioso	170
b) O momento eclesiástico	176
c) O contexto político	189
2.3.2. Os Fundadores:	190
a) D. Telo (1070-1136)	190
b) D. João Peculiar	193
c) D. Teotónio	196
d) D. Afonso Henriques «fundador» de Santa Cruz	199
2.3.3. Bases de organização. Administração do espaço	202
a) O « <i>monasterium</i> »	202
b) O « <i>patrimonium</i> »: as primeiras benfeitorias:	222
c) O espaço canonical	227
d) Objectivos e características do novo instituto	229
3. A primeira canónica regrante: expansão e crise (1136-1229)	233
3.1. O processo de consolidação (1136-1162)	233
3.1.1. A afirmação do mosteiro regrante:	234
a) Estruturação da vida comunitária	234
b) Privilégios papais e reais	243
c) Crescimento e organização do património	245
3.1.2. A fundação da paróquia de S. João Baptista	247
3.1.3. Novas igrejas e paróquias; os direitos eclesiásticos de Leiria:	251
a) O sínodo de S. João de Almedina, em 1143	254
b) Ritual protocolar e a visita do cardeal Jacinto, em Outubro de 1154	259
c) O « <i>Hospital de S. Nicolau</i> »	261
3.1.4. A via da reforma pela acção paroquial: um programa	268
3.1.5. D. Teotónio: da resignação ao modelo contemplativo	276
3.2. Da morte de S. Teotónio à primeira crise institucional – a implantação de Santa Cruz (1162-1202)	282
3.2.1. O bispo D. Miguel (1162-1176) e a « <i>karta libertatis</i> »	284
3.2.2. O primeiro Capítulo Geral: 1 de Maio de 1162	292
3.2.3. Canonização do primeiro Prior-Mor: acto e significado	297
3.2.4. A acção dos Piores na segunda metade do século XII	300
a) D. João de Ataíde (1181-1184)	304
b) D. Pedro Alfarde Martins (1184-1190)	306
c) D. João Fróis: 1190-1202	309
3.2.5. Novos espaços de jurisdição eclesiástica	312

3.2.6. Implantação de Santa Cruz na vida portuguesa do princípio do século XIII	314
3.3. Tempos de desafio e crise moral (1202-1228)	318
3.3.1. O problema das fontes	319
3.3.2. Evolução das relações com o poder: D. Sancho I: a importância das «ovenças» e o governo do Priorado	323
3.3.3. O sentido das novas tensões com a Sé de Coimbra	328
3.3.4. A crise da vida comunitária: o priorado de D. João César; as acusações de «delapidação do património»; a indecisão do estatuto (1220)	332

Segunda Secção

O SEGUNDO SÉCULO: TEMPO DE RECUPERAÇÃO E INDECISÃO (1229-1339)

1. Da primeira grande reforma aos litígios de meados do século XIII	349
1.1. O IV concílio de Latrão e o seu programa de reforma da Igreja ...	349
1.2. Situação da diocese de Coimbra e a acção do bispo D. Pedro Soares nas três primeiras décadas do século XIII	360
1.3. A legacia do cardeal Sabinense e o seu programa impulsionador ...	368
1.3.1. Acção política e social	374
1.3.2. Acção institucional e religiosa: Guimarães, Braga, Porto, Lisboa e Coimbra	376
1.3.3. O primeiro capítulo provincial dos Regrantes portugueses	379
1.3.4. Objectivos e meios da reforma canonical, segundo o testemunho do <i>Gemma Corone</i> :	381
2. O impacto da presença dos Mendicantes em Coimbra (1219-1241)	389
2.1. A chegada dos Franciscanos	393
2.1.1. Formas de acolhimento e instalação	394
2.1.2. A chegada dos Dominicanos a Coimbra	396
2.2. Desafios e rivalidades: a instalação dos Franciscanos em Leiria e a oposição dos Regrantes	399
2.3. Influências e assimilações	408
2.3.1. Santa Cruz acolhe as relíquias dos <i>Mártires de Marrocos</i> ...	408
2.3.2. Influência da legislação dos Dominicanos?	411
3. Os problemas da segunda metade do século XIII e dos princípios do século XIV	414
3.1. Instabilidade e crise comunitária em Coimbra no tempo de D. Afonso III (1256-1257)	419
3.2. O reforço do poder prioral e novos espaços de jurisdição: Arronches e S. Maria de Óbidos	428
3.3. Terceira época crítica nas relações com a autoridade diocesana: D. Egas Fafes (1246-1267): da nova contestação do <i>Isento de Santa Cruz</i> ao seu reconhecimento institucional	438

3.3.1. Os conflitos com o poder episcopal no princípio do século XIV	448
3.4. Da eficácia das formas administrativas à senhorialização do Priorado-Mor [A divisão das rendas canonicas pelas <i>Mesas</i> Prioral e Conventual]	451
3.5. A emergência das «Donas de S. João». D. ^a Mor Dias e os problemas da primeira fundação de Santa Clara da Ponte de Coimbra.....	469
3.5.1. As mulheres na vida religiosa na Idade Média	472
3.5.2. As dificuldades de uma fundação: Santa Clara da Ponte (1278-1311)	482
3.5.3. O que estava em causa em tão longa e dura contenda de 41 anos?.....	489
3.6. A vacância do Priorado-Mor entre 1315-1317	497

Terceira Secção

O SÉCULO DA ESTAGNAÇÃO: 1339-1414

1. No rasto de um projecto de reforma geral dos Regrantes (1339-1377)	499
1.1. A <i>Constituição Apostólica</i> de Bento XII para os Regrantes, em 1339	504
1.2. A tentativa do capítulo provincial de Bragança: 1340.....	508
1.3. Novos litígios com a Sé; tensões com Santa Maria de Alcobaca: ..	514
1.4. A projecção do mosteiro de Santa Clara constituiu limite à influência Regrante?.....	521
2. O Priorado-Mor numa época de crises gerais: 1377-1414	526
2.1. D. Vasco Martins de Baião e o movimento reorganizador 1377-1393	526
2.2. D. Afonso Martins: da Casa da Rainha a <i>Prior 19º</i>	536
2.3. A impossibilidade da reforma na viragem do século	542
2.3.1. A crise da Cristandade e os seus reflexos em Coimbra.....	542
2.4. O «cisma» de 1414-1415: eleição ou sucessão familiar no Priorado? Reflexos da «doença do século»	551

Segunda Parte

A COMUNIDADE: ESPECIFICIDADE E FUNÇÕES DOS CÓNEGOS REGRANTES DE SANTA CRUZ DE COIMBRA

1. Especificidade: A identidade religiosa dos Cónegos Regrantes	559
1.1. O que definia os Cónegos Regrantes?	559
1.1.1. As fontes de inspiração	559
1.1.2. As justificações doutriniais	562
1.1.3. Programa e formas de actuação	564
a) Equilíbrio entre contemplação e acção	564

b) A pregação	567
c) A administração dos sacramentos	568
1.1.4. A hospitalidade	570
1.1.5. A escola	573
1.1.6. Um olhar novo sobre o mundo feminino?	582
2. O lugar dos cónegos regrantes na sociedade eclesíástica medieval ...	588
2.1. A polémica com os monges no século XII	588
2.2. A polémica com os cónegos seculares	595
2.3. A espiritualidade dos cónegos regrantes	598
3. A vida quotidiana da comunidade regrante de Coimbra	610
3.1. Estruturação do espaço canónico: normas e realizações	610
3.2. A administração do tempo	621
3.3. O estatuto do Cónego Regrante	628
3.3.1. Ritos de iniciação	628
3.3.2. Práticas alimentares e técnicas de domínio corporal	630
3.3.3. O regime do vestuário	637
3.3.4. Consumidores e produtores de palavra	643
3.3.5. Uma conclusão? Significado da organização comunitária dos regrantes de Coimbra	648
4. «Quoniam vidi contradictionem in civitate» (Ps. LIV, 10)	649
4.1. <i>Os Cónegos Regrantes: clérigos – religiosos do campo e da cidade</i>	649
4.1.1. Os fundadores e o programa canónico crúzio: a lição das <i>Vitae</i>	649
4.1.2. Tempo de consolidação institucional: razões de adesão; formas de associação	655
4.1.3. A função do « <i>monasterium Sancte Crucis</i> »	656
a) O apelo – ambiguidade e clareza	656
b) Coro, liturgia e pastoral	656
5. Ministério pastoral dos Regrantes	671
5.1. A acção pastoral dos vivos	671
5.1.1. A paróquia de S. João de Santa Cruz	671
5.1.2. Rede de paróquias rurais	675
5.1.3. Hospitalidade	683
6. Outras formas de intervenção pastoral	689
6.1. A formação do clero paroquial	689
6.2. A administração dos Sacramentos	694
6.3. O ministério da pregação	696
6.4. A administração eclesíástica e o « <i>munus</i> » episcopal	698
7. Os métodos regrantes	701
7.1. O contacto directo: o cónego-pároco	701
7.2. O «cónego-bispo»; a renúncia e o regresso	702

7.3. Da litúrgia às devoções canónicas	703
7.4. A caminho da cidade; em direcção aos tempos novos	710
8. Os mortos na acção pastoral regante	719
8.1. A preocupação com doentes-moribundos	720
8.1.1. A unção dos enfermos	720
8.1.2. Rituais de cinza e cilício	722
8.2. Os cemitérios do mosteiro: espaços abertos e espaços fechados; os excluídos	726
8.2.1. Da eleição de sepultura à subtracção de cadáveres	727
8.2.2. Cónegos em vida e cónegos na morte	729
8.2.3. Clérigos, cavaleiros e donas	729
8.2.4. Túmulos reais	730
8.2.5. Excluídos e integrados	732
8.3. Acção memorial ou a consciência de si	733
8.3.1. Aniversários e memória diária	733
8.3.2. Formas e rituais	737
8.3.3. Associação de mosteiros	738
8.3.4. A «prebenda» aos pobres e as pitanças ao convento	740
8.3.5. Da memória necrológica à confraria de sufrágios e socorros mútuos	741

Terceira Parte

**A COMUNIDADE: ORGANIZAÇÃO INTERNA
E REGIME JURÍDICO**

1. Composição da Comunidade Canónica	743
1.1. Os Prelados	743
1.1.1. Prior-Mor	743
1.1.2. Prior Claustral	746
1.1.3. Prior de «obediência»	748
1.2. Os «oficiais» ou «forenses»	750
1.2.1. O Sacristão-mor	750
1.2.2. O Procurador e o Prepósito	751
1.2.3. Camareiro ou Vestiário	753
1.2.4. O Hospitalário	754
1.3. Os Cónegos	758
1.3.1. Admissão	759
1.3.2. Noviciado e formação espiritual	760
1.3.3. Disciplina canónica	763
1.3.4. « <i>Canonici ad succurrendum</i> » e « <i>Confratres</i> »	764
1.3.5. Recrutamento	766
1.3.6. Os efectivos	772
1.4. Conversos	776
1.4.1. Formação e vida espiritual	778
1.4.2. Estatuto e funções	780

1.5. Cónegas ou «Sorores»	782
1.5.1. Cónegas e «Sorores» do hospital	782
1.5.2. Origem social e formas de recrutamento	783
1.5.3. Organização	784
1.5.4. Funções	784
1.6. Os «Ovençais»	785
1.6.1. Tipos e objectivos das «obediências»	785
1.6.2. Composição da comunidade	785
1.6.3. Formas de administração	786
1.7. A «Família»	787
1.7.1. O que eram os «familiares»?	787
1.7.2. Variedade de «familiares»	787
1.7.3. Os «familiares» como extensão da comunidade	789
2. O Governo Interno	790
2.1. Superiores	790
2.1.1. Prior-Mor	790
a) Título ou nome	790
b) Forma de eleição e profissão	791
c) Forma de confirmação	794
d) Termo do mandato	796
e) Poder, insígnias e relações com a comunidade	797
2.1.2. Prior claustral	799
a) Eleição ou nomeação?	799
b) Tempo de mandato	799
c) Poderes e funções	799
2.1.3. Prior de «obediência»	800
a) Nomeação	800
b) Tempo de exercício	800
c) Poderes e funções	800
2.2. Capítulos	801
2.2.1. Tipos de capítulos	801
a) Capítulo conventual	801
b) Capítulo geral	803
c) Capítulo provincial	804
2.2.2. Características dos Capítulos	806
a) Organização	806
b) Poderes e funções	807
2.3. Visitadores	808
2.3.1. Formas de designação	808
2.3.2. Funções dos Visitadores	808
2.3.3. Competências dos Visitadores	808
3. A Independência Canonical e os Poderes Externos	810
3.1. O Estatuto de Isenção canónica	810
3.1.1. A protecção da Sé Apostólica aos mosteiros	810
3.1.2. A isenção do poder episcopal e os seus opositores O « <i>Isento nullius dioecesis</i> »	816

3.1.3. Evolução do regime de jurisdição	819
3.1.4. Controvérsias e conflitos	826
4. O estatuto do «real mosteiro» de Santa Cruz de Coimbra	834
4.1. O rei fundador e protector. O conselheiro do rei	834
4.2. Senhor, suserano e monarca	836
4.3. O padroado real: definição e exercício	840
4.4. A procura do equilíbrio: a liberdade entre a protecção, a intro- missão e a vigilância	843
5. Relações com os poderes senhoriais	846
5.1. Os senhorios e os cónegos regrantes de Coimbra	846
5.1.1. Instâncias administrativas e judiciais	848
5.1.2. Privilégios e regalias	853
5.1.3. Evolução	854
5.2. O choque dos interesses e a afirmação da independência: elites laicais em ascensão <i>versus</i> elites clericais em crise?	859
5.2.1. Relações com outros senhores	859
5.2.2. Relações com os oficiais régios	864
5.2.3. Relações com os concelhos	866
5.2.4. Elites laicais contra a «velha ordem» social	870
6. Irradiação institucional e balanço da influência canonical no prin- cípio do século XV	871
6.1. A criação de comunidades regrantes «dependentes» de Santa Cruz: o quadro, etapas e localizações	871
6.1.1. O quadro	872
6.1.2. Os principais centros regrantes reformados no século XII....	880
6.1.3. Cronologia	882
6.1.4. Localizações geográficas	883
6.2. Santa Cruz, uma instituição de alcance regional? (núcleos de implan- tação do património e jurisdições)	884
6.2.1. Núcleos de implantação do património « <i>em partes desuayra- das</i> »	884
6.2.2. Coutos e jurisdições	897
6.3. As transformações observáveis até ao princípio do século XV: do « <i>ordo</i> » ao « <i>monasterium</i> » e ao primeiro esboço de congregação ..	899
6.4. A perda do dinamismo condutor da canónica de Coimbra: dos indi- cadores às consequências	910
6.4.1. Bulas de privilégio	914
6.4.2. Comissões papais cometidas ao Prior e Cónegos de Santa Cruz	916
6.4.3. Contratos e doações para sufrágios espirituais	919
6.4.4. Cartas de foral e contratos de aforamento outorgados	921
Conclusão	927
Fontes e Bibliografia	933
Mapas em anexo	987